

Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Fernando IV Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ventos de São Fernando IV Energia S.A. em 31 dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

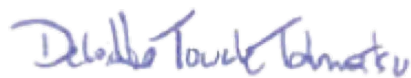
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº 1 RS 060571/O-0

VENTOS DE SAO FERNANDO IV ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas explicativas	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.473	31.096	Fornecedores	10	689	1.017
Contas a receber de clientes	6	2.692	2.769	Financiamentos	11	14.713	7.209
Despesas antecipadas		374	352	Impostos a recolher		249	199
Impostos a recuperar		91	-	Provisão IRPJ e CSLL		439	372
Créditos Diversos		89	89	Partes relacionadas	18.1	49	53
Total		<u>32.719</u>	<u>34.306</u>	Dividendos a pagar	18.2	-	686
				Total		<u>16.139</u>	<u>9.536</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	7	1.096	-	Financiamentos	11	242.292	249.134
Imobilizado	9	370.310	384.547	Provisão para Desmobilização	9.4	1.694	2.728
Total		<u>371.406</u>	<u>384.547</u>	ICMS Diferido	9.2	1.570	1.570
				Total		<u>245.556</u>	<u>253.432</u>
				Total do Passivo		<u>261.695</u>	<u>262.968</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14	153.681	153.681
				Reservas de lucro	14	-	2.204
				Prejuízo Acumulado	14	(11.251)	-
				Total do patrimônio líquido		<u>142.430</u>	<u>155.885</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>404.125</u></u>	<u><u>418.853</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>404.125</u></u>	<u><u>418.853</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DE SAO FERNANDO IV ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	<u>27.042</u>	<u>44.572</u>
Custo da Operação	16	<u>(23.607)</u>	<u>(18.549)</u>
LUCRO BRUTO		3.435	26.023
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16	(1.604)	(1.126)
Outras receitas e despesas	16	<u>673</u>	<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.504	24.897
Receitas financeiras	17	3.730	607
Despesas financeiras	17	<u>(18.035)</u>	<u>(20.341)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(11.801)	5.163
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8		
Corrente		(2.340)	(1.588)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>(14.141)</u></u>	<u><u>3.575</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DE SAO FERNANDO IV ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(14.141)	3.575
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(14.141)</u>	<u>3.575</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DE SAO FERNANDO IV ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de Lucro		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucro		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		123.570	-	-	(685)	121.446
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.575	3.575
Integralização de Capital Social		30.111	-	-	-	31.550
Constituição de reserva legal		-	145	-	(145)	-
Destinação de dividendos		-	-	-	(686)	(686)
Constituição de reserva de lucro		-	-	2.059	(2.059)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		153.681	145	2.059	-	155.885
Prejuízo líquido do exercício	14	-	-	-	(14.141)	(14.141)
Destinação de dividendos	14	-	-	686	-	686
Absorção com prejuízos acumulados	14	-	(145)	(2.745)	2.890	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		153.681	-	-	(11.251)	142.430

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DE SAO FERNANDO IV ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) líquido do Exercício		(14.141)	3.575
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	8	2.340	1.588
Juros sobre a dívida	17	17.776	20.164
Despesas Financeiras com Desmobilização	17	109	66
Amortização Desmobilização	9	42	102
Depreciação e amortização	9	13.097	9.808
		<u>19.223</u>	<u>35.303</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		77	(2.720)
Outros Créditos		-	(64)
Impostos a recuperar		(91)	69
Despesas antecipadas		(22)	(352)
Fornecedores		(328)	(1.285)
Partes Relacionadas		(4)	53
Impostos a recolher		(699)	(395)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>18.156</u>	<u>30.609</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(1.524)	(1.138)
Pagamento de juros	11	(10.933)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>5.699</u>	<u>29.471</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	9	(45)	(76.593)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(45)</u>	<u>(76.593)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de financiamentos		(6.181)	-
Integralização de Capital		-	31.550
Captação de financiamentos		-	41.695
Aplicações financeiras vinculadas		(1.096)	1.681
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(7.277)</u>	<u>74.926</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.623)</u>	<u>27.804</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício		31.096	3.292
Caixa e equivalentes de caixa no fim do Exercício		29.473	31.096

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DE SÃO FERNANDO IV ENERGIA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de R\$, exceto valor nominais das ações)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos São Fernando IV Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Rodovia RN 129, Km 9,5, S/N – Zona Rural - CEP 59592-000, cidade de São Bento do Norte/RN, constituída em 05 de agosto de 2015.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Norte II Energia Ltda. (Rio Norte I), que detém 100% das ações da companhia. A Rio Norte I é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Norte II Energia Ltda	153.680.999	99,99%
Jose Castellanos Ybarra	1	0,01%
	<u>153.681.000</u>	<u>100%</u>

A Companhia foi constituída em 22 de maio de 2019 e tem por objeto o propósito específico de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público, seu controlador é a Rio Norte II Energia Ltda.

A obra de construção do parque iniciou em 01/07/2020 obedecendo ao cronograma apresentado à ANEEL. A outorga de autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a contar da data da publicação que é 02/06/2020.

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de São Bento do Norte/RN
Leilão de Energia Elétrica Incentivada no Ambiente de Contratação Livre – ACL – CEMIG GT LP 04/2019	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada PD GT 012/2019, datado de 25 de setembro de 2019 com a CEMIG GT	Parque Eólico São Fernando 4, constituído de 24 unidades geradoras de 3.465 kw cada, entrou em operação teste em 29 de dezembro de 2020 e a operação comercial em 30 de março de 2021.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

a) Licenças e autorizações

Aguarda publicação da Licença de Operação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 8648, de 2 de junho de 2020, autorizando Ventos de São Fernando IV Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.701.101/0001-49, com sede na Fazenda São Fernando, RN 129, km 9,5, s/n, Zona Rural, no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, estado do Rio Grande do Norte, a implantar e explorar a Central Geradora Eólica – EOL São Fernando IV, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo de 35 anos a contar da data de publicação no diário Oficial.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 16.580 em 2022 (R\$ 24.770 em 31 de dezembro de 2021).

Com base nas informações a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a obrigações de financiamentos e que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações, conforme cronograma estabelecido no contrato de financiamentos.

Em 2022, os parques ainda estavam passando por ajustes técnicos de início de operação, o que resultou em períodos com disponibilidade inferior a contratada. Outro ponto importante a ser considerado refere-se ao recurso eólico que nos anos de 2021/2022 foram inferiores à média histórica, de acordo com estudos técnicos de consultoria em engenharia e meteorologia eólica aeroespacial, em decorrência do fenômeno La Niña. Este fenômeno reduziu o potencial eólico na Região Nordeste, uma vez que a velocidade do vento diminuiu devido à mudança na circulação atmosférica. Com os ajustes técnicos que foram efetuados é esperado que em 2023 os parques operem no nível de disponibilidade definida em contrato.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e entende que o fluxo de caixa gerado das atividades operacionais será suficiente para arcar com as obrigações da Companhia. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral), emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 30 de março de 2023.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização dos parques, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.8. Tributação

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

2.11. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.11.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

2.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.13. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.14. Contratos de arrendamento (leasing)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

(a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso dos arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões de pronunciamentos que ainda não foram adotados pela Companhia:

- a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:
 - (I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;
 - (II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
 - (III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual;
 - (IV) Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;
 - (V) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;
 - (VI) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
 - (VII) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;
 - (VIII) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
 - (IX) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).

A Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas informações financeiras intermediárias.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2020, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas é de 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável. A Companhia não identificou mudanças nas vidas úteis no exercício de 2022.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmobilização

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº. 9.4. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Impairment

De acordo com a análise realizada, evidenciou-se que os ativos referentes ao parque eólico Ventos de São Fernando IV estão registrados contabilmente por valores que não excedem os seus valores de recuperação. Desta forma, e com base no resultado dos cálculos realizados, se conclui que não há indicação de necessidade de serem realizados quaisquer ajustes de Impairment no parque Ventos de São Fernando IV para o ano de 2022.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldos de caixa e bancos	93	35
Aplicações financeiras	<u>29.380</u>	<u>31.061</u>
	<u>29.473</u>	<u>31.096</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

<u>Agente Financeiro</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ITAU	ITAU Soberano RF LP	Indefinido	99,81% do CDI a.a.	440	-
Banco do Brasil	RF CP Corporate Ágil	Indefinido	96 % do CDI a.a.	<u>28.940</u>	<u>31.061</u>
				<u>29.380</u>	<u>31.061</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativos ao fornecimento de energia, conforme contratos firmados.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cemig geração e transmissão S.A	2.290	2.124
Kroma comercializadora de energia Ltda	-	464
Simple Energy comercializadora de Energia Ltda	350	-
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	<u>52</u>	<u>181</u>
Conta a Receber de Clientes	<u>2.692</u>	<u>2.769</u>

7. APLICAÇÃO FINANCEIRA

Em 2022 a companhia tinha aplicado no Banco do Brasil, conforme segregado abaixo:

<u>Agente Financeiro</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	RF CP CORPOR				
Banco do Brasil	AGIL	Indefinido	96,00 % do CDI a.a.	<u>1.096</u>	-
				<u>1.096</u>	-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada no exercício de 2022 pelo critério de Lucro Presumido, que é baseado na receita bruta do exercício sobre o qual é aplicada a alíquota de 12% para CSLL e 8% para o IRPJ. O Resultado deste cálculo é acrescido das receitas financeiras e aplicado a alíquota conforme legislação vigente, como segue:

Provisão do IR e CS - Lucro Presumido	2022	2021
Receita Bruta	28.123	45.659
Base de Cálculo Lucro Presumido (8% Faturamento)	2.250	3.653
Base de Cálculo Lucro Presumido (12% Faturamento)	3.375	5.479
Outras Receitas	674	-
Receitas Financeiras	3.730	607
Total Base de Cálculo IRPJ	6.654	4.260
Total Base de Cálculo CSLL	7.779	6.086
IRPJ à alíquota 25%	1.640	1.040
CSLL à alíquota 9%	700	548
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.340	1.588

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado na data das demonstrações financeiras apresenta os saldos da Operação do Sistema:

	Taxas anuais %	2022		2021
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido
Operação do sistema:				
Computadores e periféricos	20%	15,00	(2)	13
Móveis e utensílios e Equipamentos	10%	484	(82)	402
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	114.219	(6.671)	107.548
Máquinas e equipamentos	3,33%	277.122	(16.150)	260.972
Desmobilização		1.519	(144)	1.375
		<u>393.359</u>	<u>(23.049)</u>	<u>370.310</u>
				<u>384.547</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias Terrenos e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	77.652	233.369	311.021
Adições	37.021	43.753	80.774
Desmobilização	4.090	-	4.090
Baixas Desmobilização	(1.428)	-	(1.428)
Amortização Desmobilização	(102)	-	(102)
Depreciação do exercício	(2.887)	(6.921)	(9.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	114.346	270.201	384.547
Adições	45	-	45
Desmobilização	-	-	-
Baixas Desmobilização	(1.143)	-	(1.143)
Amortização Desmobilização	(42)	-	(42)
Depreciação do exercício	(3.869)	(9.228)	(13.097)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	109.337	260.973	370.310

9.1. Ativos cedidos em garantida

As máquinas e equipamentos, que se referem aos Aero geradores, com valor residual contábil de R\$ 260.973 foram vinculados em garantia fiduciária dos financiamentos obtidos através do Banco do Brasil. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

9.2. ICMS Diferido

A Companhia possui ICMS diferido, no valor de R\$ 1.570 referente as operações de aquisição interestaduais, de máquinas e equipamentos, referente ao diferencial de alíquota.

Conforme convênio ICMS 109/2014 o valor de ICMS diferido deve ser pago no momento da desincorporação dos bens do ativo imobilizado ou até 31 de dezembro de 2034, o que ocorrer primeiro.

9.3. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Para o ano de 2022, foi realizado a análise do teste de recuperabilidade dos ativos no parque eólico Ventos de São Fernando IV, e de acordo com os resultados obtidos concluiu-se que não há necessidade se serem realizados quaisquer ajustes de *Impairment* no parque objeto de tal análise.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

9.4. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Provisão Desmobilização

Adição Inicial	4.090
Despesa Financeira	66
Atualização de Provisão	(1.428)
Saldo em 31 de dezembro 2021	2.728
Despesa Financeira	109
Atualização de Provisão	<u>(1.143)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.694</u>

10. FORNECEDORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores	<u>689</u>	<u>1.017</u>

Trata-se de obrigações com fornecedores das operações da Companhia.

11. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos representam os valores liberados pelo Banco do Brasil S.A. para a efetivação do projeto Ventos de São Fernando IV, conforme Contrato de Financiamento firmado em 06 de outubro de 2020, registrado em longo prazo. O contrato determina que o fluxo das amortizações é semestral e teve sua primeira parcela paga em 03/10/2022.

A posição geral dos financiamentos, considerando o circulante e não circulante, é a seguinte:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Encargos de juros (a.a.)</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
			<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco do Brasil	FAM (a) x 0,788%	2040	14.713	7.209	242.292	249.134

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

a) FAM: Fator de Atualização Monetária, derivado da variação do IPCA

Mapa de Movimentação de Empréstimos		
	2022	2021
Saldo Inicial	256.343	190.303
Adição	-	41.695
Apropriação de Juros	17.776	24.345
Amortização Principal	(6.181)	-
Amortização Juros	(10.933)	-
Saldo Final	<u>257.005</u>	<u>256.343</u>

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

2024	14.198
2025	14.198
2026	14.198
2027	14.198
2028 a 2040	<u>185.500</u>
Total	<u>242.292</u>

As garantias apresentadas pela Companhia conforme contrato nº 341.502.714, celebrado pelo Banco do Brasil S.A e Ventos de São Fernando IV Energia S/A, seguem reproduzidas abaixo:

Alienação da totalidade dos aerogeradores relativos ao Projeto, a serem adquiridos, montados e construídos, conforme previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores em Garantia e Outras Avenças, a ser celebrado entre a FINANCIADA e o FINANCIADOR (o “Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores” e a “Alienação Fiduciária dos Aerogeradores”);

Alienação fiduciária (a) da totalidade das ações, presentes e futuras, de emissão da FINANCIADA de titularidade dos Acionistas Diretos; (b) quaisquer outras ações que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo tituladas pelos Acionistas Diretos, e os respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela FINANCIADA, incluindo mas não se limitando a, as ações provenientes do aumento do capital social da FINANCIADA, decorrente do exercício pelo FINANCIADOR das prerrogativas que lhe são outorgadas no Contrato de Compromisso de Suporte, bem como (i) quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas, (ii) tidas as ações que porventura seja atribuídas aos Acionistas Diretos, ou aos seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista, (iii) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporações, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a FINANCIADA, conforme previstos no contrato de alienação fiduciária de ações em garantia e outras avenças a ser celebrado entre a FINANCIADA, os Acionistas Diretos e FINANCIADOR (o “Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores” e a “Alienação Fiduciária dos Aerogeradores”); e;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

Cessão fiduciária, pela FINANCIADA, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, dos seguintes direitos de sua titularidade, nos termos do contrato de cessão fiduciária de recebíveis a ser celebrado entre a FINANCIADA e o FINANCIADOR (o “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”): (a) o PPA Cemig e seus respectivos aditivos; (b) os direitos creditórios presentes e futuros provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pela FINANCIADA, decorrentes do Projeto; (c) quaisquer outros direitos e/ou receitas presentes e futuros que sejam decorrentes do Projeto, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; (d) quaisquer recursos presentes e futuros que venham a ser depositados nas contas vinculadas a que se refere o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (e) os direitos emergentes das autorizações, presentes e futuros, bem como suas subseqüentes alterações, expedidas pela ANEEL, bem como eventuais resoluções e/ou despachos do MME que venham a ser emitidos, incluindo as suas subseqüentes alterações decorrentes do Projeto; e (f) os direitos creditórios presentes e futuros provenientes dos Contratos de Projeto, inclusive das apólices de seguro já firmadas e eventuais aditamentos, endossos, atualizações e novas apólices de seguro que venham a ser contratadas pela FINANCIADA no âmbito do Projeto (a “Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”);

Cláusulas Restritivas:

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil a Companhia está sujeita as seguintes cláusulas restritivas que caso sejam descumpridas gera o vencimento antecipado da dívida:

- I) descumprimento, pela FINANCIADA, pelos Acionistas Diretos e/ou pelo Acionista Indireto de quaisquer das demais obrigações principais ou acessórias constantes neste CONTRATO, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Compromisso de Suporte, desde que o descumprimento não seja sendo no prazo de cura aplicável à referida obrigação;
- II) caso a FINANCIADA, os Acionistas Diretos e/ou o Acionista Indireto questione judicialmente este CONTRATO ou qualquer dos Contratos de Garantia ou o Contrato de Compromisso de Suporte;
- III) se este CONTRATO, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compromisso de Suporte e/ou qualquer disposição destes, for(em) revogado(s), declarado(s) nulo(s), tornar(em)-se inexecúvel(is) ou deixar(em) de estar em pleno efeito ou vigor conforme decisão judicial de exigibilidade imediata, em cada caso, de modo que comprometa ou deteriore os direitos do FINANCIADOR, no âmbito deste CONTRATO ou, ainda, caso qualquer dos instrumentos listados acima sejam rescindidos;
- IV) se este CONTRATO, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compromisso de Suporte e/ou qualquer disposição destes, for(em) revogado(s), declarado(s) nulo(s), tornar(em)-se inexecúvel(is) ou deixar(em) de estar em pleno efeito ou vigor conforme decisão judicial de exigibilidade imediata, em cada caso, de modo que comprometa ou deteriore os direitos do FINANCIADOR, no âmbito deste CONTRATO ou, ainda, caso qualquer dos instrumentos listados acima sejam rescindidos;
- V) caso a FINANCIADA desvie, no todo ou em parte, a utilização dos ativos dados em garanti em relação à finalidade do Projeto;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

- VI) atraso ou alteração no Cronograma Físico-Financeiro do Projeto que afete a capacidade da FINANCIADA de cumprir com suas obrigações pecuniárias decorrentes do presente CONTRATO;
- VII) não realização tempestiva de aportes previstos no Contrato de Compromisso de Suporte pelo Acionista Indireto;
- VIII) redução do capital da FINANCIADA sem a prévia anuência do FINANCIADOR, exceto nas seguintes hipóteses: (I) Se antes do Completion Financeiro (conforme definido abaixo) incluindo o período de construção: a) caso a FINANCIADA esteja adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias decorrentes do presente CONTRATO e dos Contratos de Garantia; (b) desde que o Patrimônio Líquido da FINANCIADA represente, no mínimo, 31% do seu Ativo Total, comprovado por meio de demonstrações financeiras publicadas, auditada e com notas explicativas, ou assinadas por representante legal e contador no CRC; e (c) inexista Funding Gap; e (II) se após o Completion Financeiro: os itens (I) (a), (b) e (c) acima estejam sendo observados e o ICSD Mínimo tenha sido observado nos 12 (doze) meses anteriores ao mês de apuração;
- IX) Não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão ou extinção das autorizações/concessões, alvarás, licenças, inclusive ambientais, necessárias para a construção e funcionamento do Projeto, exceto por aquelas que estejam sendo ou que venham a ser questionadas na esfera judicial ou administrativa com obtenção de efeito suspensivo, ou ainda, aquelas em processo tempestivo de obtenção ou renovação;
- X) Não manutenção da regularidade e vigilância das apólices de seguros exigidas no âmbito do Projeto, que deverão indicar o FINANCIADOR como beneficiário;
- XI) Contratação /assunção de novas dívidas pela FINANCIADA, inclusive no mercado de capitais, sem a prévia aprovação do FINANCIADOR, exceto: a) se o montante individual ou agregado, por ano e de forma não cumulativa, for igual ou inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e desde que os recursos obtidos sejam utilizados na manutenção das atividades operacionais da FINANCIADA;
- XII) Distribuição pela FINANCIADA de recursos na forma de dividendos, juros sobre capital próprio, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro e outras remunerações, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda 25% do lucro líquido de cada período, salvo se (i) prévia e expressamente autorizado pelo FINANCIADOR; ou (ii) houver atingido o Completion Físico e se mantiver nas condições definidas como Completion Financeiro (“Distribuições Permitidas”).
- XIII) não realização de Depósito Complementar da Conta Reserva (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), caso não seja atingido o ICSD Mínimo.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (financiamento detalhados na nota explicativa nº. 10, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 12).

12.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2022	2021
Dívida (a)	257.005	256.343
Caixa, saldos de bancos e aplicações (b)	30.569	31.096
Dívida líquida	226.436	225.247
Patrimônio líquido (c)	142.430	155.885
Índice de endividamento líquido	1,59	1,44

(a) A dívida refere-se a empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº. 11.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

12.2. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

	Nível	2022	2021
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Ativos Financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	29.473	31.096
Aplicações financeiras	2	1.096	-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

	Nível	2022	2021
		Valor Contábil	Valor Contábil
<u>Custo Amortizado</u>			
Contas a Receber Geração de Energia		2.692	2.769
Total dos ativos financeiros		<u>33.261</u>	<u>33.865</u>
<u>Passivos Financeiros</u>			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores		689	1.017
Financiamentos		257.005	256.343
Partes Relacionadas e Dividendos		49	739
Total dos passivos financeiros		<u>257.743</u>	<u>258.099</u>

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
- Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
- b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

12.3. Objetivo da administração dos riscos financeiros

O Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

12.4. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros projetada até cinco anos.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 2022
Passivos					
Fornecedores	689	-	-	-	689
Partes Relacionadas e dividendos	49	-	-	-	49
Impostos a Recolher	249	-	-	-	249
Financiamentos	<u>12.942</u>	<u>12.942</u>	<u>26.030</u>	<u>73.365</u>	<u>125.279</u>
	<u>13.929</u>	<u>12.942</u>	<u>26.030</u>	<u>73.365</u>	<u>126.266</u>

12.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

12.6. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

12.7. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e CDI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras.

A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

12.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis impactos. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do período findo em 31 de dezembro de 2022:

Risco	Instrumentos	Variação de 50%
Baixa do CDI	Ativo Financeiro	
	Aplicações Financeiras:	30.476
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	12,37%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	6,19%
	Perda na Remuneração	<u>(1.885)</u>
Alta do IPCA	Passivo Financeiro	
	Financiamento	257.005
	Taxa anual estimada de 2023 IPCA + 0,788%	5,89%
	Efeito anual no Financiamento	2,55%
	Perda	<u>(6.554)</u>

12.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

12.10. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

13. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Os contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a CPC06 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

Desta forma, são reconhecidos como despesa no exercício:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesa com Arrendamento	422	588

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 153.681, é representado por 153.681 ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$ 1,00.

b) Reservas de lucro:

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2022 houve a absorção dos saldos de reserva legal com saldo de prejuízo apurado no exercício.

b.2) Reserva Especial de Lucros – Em 2022 houve a absorção dos saldos de reserva especial de lucros com saldo de prejuízo apurado no exercício.

c) Distribuição de Lucro:

Em 2022 não houve destinação devido ao prejuízo no exercício.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício	(14.141)	3.575
Reserva Legal	-	145
Reserva especial de lucros	-	2.059
Destinação de dividendos	-	686
	<u>-</u>	<u>2.890</u>

15. RECEITA

A seguir, segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Receita bruta</u>		
Venda de energia	28.069	46.238
Deduções da Receita:		
Impostos sobre vendas	(1.027)	(1.666)
Receita líquida	<u>27.042</u>	<u>44.572</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

16. DESPESA CLASSIFICADO POR FUNÇÃO E NATUREZA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesa Classificada por função		
Custo da Operação	23.607	18.549
Gerais e Administrativas	1.604	1.126
Outras receitas e despesas	(673)	-
Total	<u>24.538</u>	<u>19.675</u>
Despesa Classificada por natureza		
Custo de Operação e Manutenção	5.127	3.684
Encargos Uso do Sistema e Produção	4.919	4.367
Arrendamentos	422	588
Depreciação	13.139	9.910
Prêmios de Seguro	726	550
Despesa Legais e Cartório	-	15
Impostos e Taxas	110	98
Outras Despesas Administrativas	398	147
Despesa com Serviços Profissionais	370	316
Outras receitas e despesas	(673)	-
Total	<u>24.538</u>	<u>19.675</u>

17. RECEITA (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas aplicações financeiras	3.730	607
Receitas financeiras	<u>3.730</u>	<u>607</u>
Juros sobre a dívida	(17.776)	(20.164)
Despesa Financeira com Desmobilização	(109)	(66)
Outros	(150)	(111)
Despesas financeiras	<u>(18.035)</u>	<u>(20.341)</u>

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos

18.1. Transações comerciais

Resultado	Aquisição de Serviços	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo da Operação		
<u>Aquisição de Serviços</u>		
Enerfín do Brasil Sociedade de Energia Ltda	562	913
Elecnor do Brasil Ltda	542	147
Totais	<u>1.104</u>	<u>1.060</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 E 2021 - Ventos de São Fernando IV Energia S.A.

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	2022	2021
<u>Fornecedores</u>		
Elecnor do Brasil Ltda	-	5
Enerfín do Brasil Sociedade de Energia Ltda	49	48
Totais	49	53

18.2. Dividendos

A Companhia destinou em 2021 o valor de R\$ 686, corresponde a 25% do Lucro Líquido de 2021. Não tivemos destinação de dividendos em 2022 devido ao exercício 2022 ter dado prejuízo.

	Valores a pagar para acionistas	
	2022	2021
RIO NORTE II ENERGIA	-	686
Totais	-	686

18.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

<u>Compromissos</u>	<u>Posição em 31/12/2022</u>
Encargos de Transmissão	432
Arrendamentos	40
Nordex	363
Total	835

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.